

Levantamento documental (resoluções, orientações) sobre política curricular para Ensino Médio no estado da Bahia no período de 2015 a 2021¹

Ely Teixeira de Oliveira Neto²

Núbia Regina Moreira³

Resumo: O seguinte trabalho foi desenvolvido com o intuito de explorar a produção de documentos a respeito das políticas curriculares do Ensino Médio do estado da Bahia. Os documentos foram escolhidos após levantamento realizado nos sites da Secretaria Estadual da Educação (SEC) e do Conselho Estadual de Educação (CEE). O Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) serviu como fonte de análise para termos um olhar do Estado. A abordagem teórico-metodológica utilizada foi ciclo de política de Stephen Ball que nos possibilitou interpretar o contexto da produção dos textos políticos no estado baiano.

Palavras-chave: Ensino Médio; DCRB; Políticas curriculares.

Documentary survey (resolutions, guidelines) on curriculum policy for secondary education in the state of Bahia from 2015 to 2021

Abstract: The following paper was written aiming to explore the production of documents referring to the state of Bahia curriculum policies. The documents were gathered from the websites of the Secretary of State for Education (SEC) and the State Board of Education (CEE). The Bahia's Curriculum Reference Document (DCRB) was the source of the analysis through the state's government point of view. The theoretical and methodological approach utilized was Stephen Ball's policy cycle, which enabled us to read the context of political texts in Bahia State.

Keywords: Secondary education; DCRB; Curriculum policies.

Introdução

A pesquisa em tela teve como objetivo analisar as normativas do estado baiano sobre o Ensino Médio no período de 2015 a 2021. A implicação com a temática é devido a minha formação como licenciando do curso de Ciências Sociais.

Consideramos este nível de ensino, como apontado nas pesquisas de Eugênio Bedito (2009) e Gabriela Pimentel (2013), como um mosaico de peças diferentes entre si. Assim, a escola, através do currículo, passa por processos constantes de hegemonia, onde

¹ Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) pelo auxílio financeiro à pesquisa de Iniciação Científica

² Graduando do curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB),

³ Professora titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESB. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e mestra em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

o que se inicia como um mosaico muitas vezes forma uma imagem plana e sem o valor da distinção entre suas peças. Os artigos de Póvoas (2018) e Mônica Ribeiro e Leda Scheibe (2017), levantados por nós na base de dados do Google Acadêmico, o EM é compreendido no mesmo sentido de disputas hegemônica, passando pelo embate entre o pragmatismo econômico neoliberal e a atuação moduladora das práticas dos docentes em relação ao que lhes é transmitido.

Apresentamos nossa justificativa perante aos objetivos inicialmente traçados, sendo que conseguimos cumprir os três. Para facilitar a pesquisa, recorreremos ao ciclo de política de Stephen Ball (2011), que entende a política como um instrumento passível de interpretação dos agentes.

Material e Métodos

A princípio, a pesquisa consistia em realizar um levantamento documental sobre política educacional para o Ensino Médio no estado da Bahia, entre os anos de 2015 e 2021, especificamente tendo o site da Secretaria de Educação do estado da Bahia como campo empírico da busca. Em março, foi realizada uma pesquisa no site da SEC. Tivemos dificuldade no manejo de documentos, pois o site necessita de cadastro para que se possa ter acesso. Além disso, apesar do objetivo de analisar as normativas dos últimos cinco (5 anos), os sites⁴ somente disponibilizam documentos a partir de 2019. No site do Conselho Estadual de Educação (CEE-BA), foram encontrados 13 resultados para “*ensino médio*” desde o ano de 1999, sem possibilidade de afinar os filtros. Após utilizar os termos “*ensino+médio*”, foram encontrados 79.273 resultados, otimizando a pesquisa com o comando *ctrl+f* + “*ensino médio*”. No entanto, os resultados não são restritos à pesquisa, apesar dos filtros disponíveis, evidenciando a sua baixa funcionalidade. Após essas dificuldades, foi encontrado apenas uma resolução do ano de 2017, que consiste na Resolução CEE/BA Nº172/2017⁵. Por fim, pesquisando os termos “consulta pública DCRB ensino médio” no Google, foi possível achar o vídeo na plataforma YouTube “Live - Consulta Pública: Documento Curricular Referencial Da Bahia - Ensino Médio”. A reunião de abril teve como objetivo a organização das informações obtidas no campo empírico, assim como a entrega dos fichamentos das teses e artigos. Foi apresentada também a transcrição da *live* “DCRB – Formação Geral Básica⁶, sendo efetuado o cruzamento de dados com as orientações curriculares para o ensino médio na Bahia.

Resultados e discussão

⁴ <http://www.educacao.ba.gov.br/> e <http://institucional.educacao.ba.gov.br/>

⁵ Resolução e Anexos, a qual fixa normas complementares para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Sistema Estadual de Ensino da Bahia e dá outras providências contempladas nos documentos posteriores

⁶ A live estava disponível no perfil do Conselho Estadual de Educação (CEE) no período em que foi feita a pesquisa. No entanto, não consta mais nenhum material disponível em seu canal do YouTube, que se encontra totalmente esvaziado no momento da conclusão deste trabalho.

Assim, pudemos constatar que a produção documental se torna muitas vezes inacessível para o público, pois os sites em que se encontram esses documentos gozam de pouquíssimas ferramentas de pesquisa, como filtros e buscadores eficientes, nos incapacitando de pesquisa-los sem que haja um longo período desperdiçado. A partir do cruzamento de dados, coletamos os seguintes dados: a proposição de uma nova arquitetura curricular, tendo as escolas piloto como polos de testagem do novo ensino médio no estado em dois segmentos: formação geral básica (máx. 1800h/600h por ano) e flexibilização/itinerários formativos (IF) (mín. 1200h/400h por ano) – havendo redução de 400h de componentes curriculares, organizando-se por área de conhecimento. A Bahia, no entanto, resolveu manter a divisão por componente curricular nesse momento de transição, pois a formação dos professores/as ainda não é interdisciplinar. No 1º ano não se trabalha os IF, tendo cinco componentes obrigatórios e uma eletiva elaborada pelos professores, sendo eles: Leitura e escrita de mundo; Para além dos mundos; Iniciação científica; História e cultura indígena, africana e ameríndia, com 80h cada, e Projeto de vida e a disciplina eletiva, com 40h cada. Na 2º e no 3º ano, iniciam-se os IF, sendo um em cada área de conhecimento, e das áreas integradas, totalizando 10. Assim, a Área de Conhecimento é estruturada em 1 Componente Obrigatório, 2 Aprofundamentos, eletiva junta ao projeto de vida, além do IF integrado, que não tem aprofundamento; integra duas áreas de conhecimento, cada um com um nome específico, eletiva junta ao projeto de vida. Logo, ficou evidente no primeiro momento que DCRB traz muitos pontos elencado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas posteriormente, quando da instalação das 565 escolas-pilotos, o estado baiano se propôs atenuar os impactos da reforma do ensino médio no contexto local, optando por uma adaptação gradual do seu currículo, permitindo que o documento levasse em conta questões próprias do estado e da condição de sua população. Os resultados alcançados em relação aos nossos objetivos podemos assim descrevê-los: no que tange ao mapeamento das políticas curriculares no estado baiano após as reformas do ensino médio, o Documento Referencial Curricular da Bahia é o texto que apresenta as novas diretrizes que regulam e normatizam o currículo do ensino médio no estado. O ensino médio no referido Documento é significado como uma etapa de reflexão e construção do sujeito e suas trajetórias, levando em conta as dimensões pessoal, cidadã e profissional de cada estudante, articulando os saberes com as suas realidades, respondendo ao nosso segundo objetivo. Nosso terceiro objetivo não foi plenamente alcançado devido a falta de tempo para interpretar as respostas da consulta pública do Documento Curricular Referencial da Bahia - Ensino Médio. Entendemos que as contribuições de diferentes agentes dadas ao texto inicial do DCRB são tomadas como interpretações forjadas a partir dos lugares e posições desses agentes que, em disputas, constroem textos políticos que incidem sobre os sentidos de currículo do ensino médio.

Conclusões

Concluimos que existe pouca produção sobre o EM a partir de 2016; as abordagens estão no campo da teoria crítica, que os sentidos de currículo e das políticas curriculares no estado valorizam a formação do aluno para além do mercado de trabalho nos diversos contextos sociais que são possíveis. O DCRB traz pontos muito importantes da BNCC, optando pela a adaptação dos docentes e alunos em formação.

Referências Bibliográficas:

1. BALL, S.; MAINARDES, J. Políticas Educacionais: questões e dilemas. Cortez, 1ª ed. São Paulo. 2011.
2. BAHIA. Documento Referencial da Bahia da Etapa do Ensino Médio. 1ª ed. (Consulta Pública). Bahia, 2021. 747 p.
3. BRITO, E. P. P. E. O CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO BAIANO: entre a formação integral e a valorização das diferenças. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 3, p. 1003-1024, set./dez. 2018;
4. BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Documento curricular referencial da Bahia – Etapa Ensino Médio. (Consulta Pública). 2021.
5. _____. Secretaria da Educação. Resolução CEE/BA Nº172 de 07 de novembro de 2017. Resolução e Anexos - Fixa normas complementares para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Sistema Estadual de Ensino da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CEE-BA_ResolucaoCEEBAN1722017-ResoluoeAnexos.pdf?query=Ensino%20m%C3%A9dio>
6. EUGENIO, B. G. Políticas curriculares para o ensino médio no estado da Bahia: permeabilidades entre contextos e a cultura da escola. 2009. 196 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP;
7. MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. Jornal de Políticas Educacionais. V. 12, n. 16. Agosto de 2018;
8. SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>;
9. PIMENTEL, G. S. R. O ensino médio no Brasil: busca recorrente de identidade e rupturas conceituais. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Brasília. 2013. Brasília, DF.